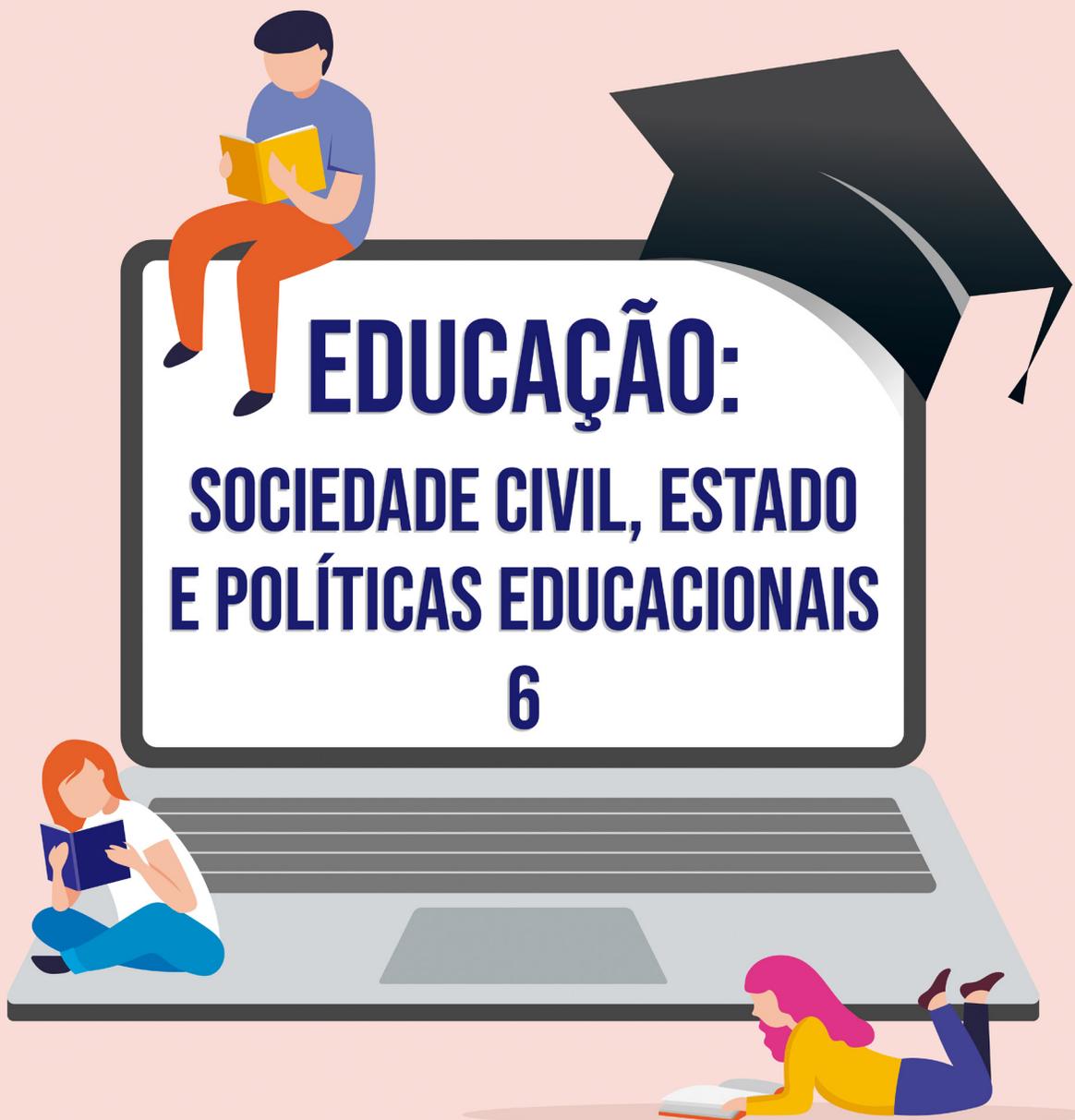


**Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)**



Atena
Editora
Ano 2021

**Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)**



**EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
6**



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 6
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-776-5

DOI 10.22533/at.ed.765212701

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APONTAMENTOS E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: DA EXPERIÊNCIA PESSOAL AO CHAMAMENTO PÚBLICO

Marcelo Noriega Pires

DOI 10.22533/at.ed.7652127011

CAPÍTULO 2..... 12

A POLÍTICA HIGIENISTA E A FORMAÇÃO DOS “CORPOS DÓCEIS” A PARTIR DO AMBIENTE ESCOLAR

Márcia Maria de Medeiros

Mariane da Silva Costa

Luiz Alberto Ruiz da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7652127012

CAPÍTULO 3..... 21

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Bruna Gonçalo do Nascimento

Francisca Valquiria Alves Dias

Hallyson Pontes Liberato Dias

Juliana Barbosa Silva

Lyanna Lourdes Lima Leal

Maria Marina Dias Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.7652127013

CAPÍTULO 4..... 25

LA MIRADA DE LA COMPLEJIDAD EN LAS INTERVENCIONES PROFESIONALES

Mónica De Nicola

María Elena Aradas Díaz

Julieta Lázzari

Adhemar Pascuale

Anabela Farias

Blas Aseguinolaza

DOI 10.22533/at.ed.7652127014

CAPÍTULO 5..... 38

CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS TEORIAS E PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM APLICADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Stênio Severino da Silva

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lucia Rizzi Marcom

Paulo Roberto Dalla Valle

Solange Janete Finger

Fernanda Corrêa Garcia

DOI 10.22533/at.ed.7652127015

CAPÍTULO 6	49
A LITERATURA E O DESVELAMENTO DO COTIDIANO ESCOLAR: A PARTIR DO OLHAR DA MULHER DE CORPO NEGRO	
Luiz Carlos de Sá Campos	
DOI 10.22533/at.ed.7652127016	
CAPÍTULO 7	59
SENTIDO DE LA ESCUELA DESDE LAS EXPERIENCIAS EN EL BACHILLERATO RELATOS DE VIDA DE LOS ESTUDIANTES	
Diego Fernando Acevedo León	
Nohora Elisabeth Alfonso Bernal	
DOI 10.22533/at.ed.7652127017	
CAPÍTULO 8	72
ESCOLA PARQUE ANÍSIO TEIXEIRA DE CEILÂNDIA: PROJETO INOVADOR PARA OS FILHOS DA CLASSE TRABALHADORA	
Edna Mara Corrêa Miranda	
Mayrla Pereira Sena Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7652127018	
CAPÍTULO 9	84
REAL-LIFE-LIKE TEACHING IN INFORMATION AND COMMUNICATIONS TECHNOLOGIES (ICT) WITHIN THE EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA (EHEA)	
Mabel Pontón	
Amparo Herrera	
Franco Ramírez	
Almudena Suárez	
DOI 10.22533/at.ed.7652127019	
CAPÍTULO 10	98
ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PARA A ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	
Maria Cecília Fonçatti	
Andressa Florcena	
DOI 10.22533/at.ed.76521270110	
CAPÍTULO 11	107
DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: EM CENA O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO	
Lidnei Ventura	
Roselaine Ripa	
Gustavo José Assunção de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.76521270111	
CAPÍTULO 12	117
EXERCÍCIOS DE LEITURA E DE ESCRITA: CHEGAR ÀS PRÓPRIAS PALAVRAS	

ATRAVESSANDO O TEXTO DE FILOSOFIA COM IMAGENS

Paula Ramos de Oliveira
Edileia Pereira dos Santos
Denis Domeneghetti Badia

DOI 10.22533/at.ed.76521270112

CAPÍTULO 13..... 124

DOMINÓ DO CONHECIMENTO: VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Antonio Pancrácio de Souza
Flaviane Ramos Marins

DOI 10.22533/at.ed.76521270113

CAPÍTULO 14..... 133

MALA VIAJANTE: UMA EXPERIÊNCIA LEITORA A SER CONTADA

Aline Bezerra Martins
Bruna Gonçalo do Nascimento
Francisco Gomes de Souza
Talita Sâmela Silva de Oliveira Barroso
Viviane Fernandes Lima
Maria Marina Dias Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.76521270114

CAPÍTULO 15..... 138

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA DISCIPLINA DE FÍSICA

Sandro Aparecido dos Santos
Franciele Cristiane de Oliveira Costa Alves da Luz

DOI 10.22533/at.ed.76521270115

CAPÍTULO 16..... 145

ESPERANÇAR COM O ROCK: PROCESSOS EDUCATIVOS NA PRÁTICA SOCIAL DO ROCK ENTRE MÚSICOS DA CIDADE DE SÃO CARLOS

Mariel Perez Pino
Ilza Zenker Leme Joly

DOI 10.22533/at.ed.76521270116

CAPÍTULO 17..... 156

LA ORIENTACIÓN POST UNIVERSITARIA COMO HERRAMIENTA VEHICULAR PARA LA INSERCIÓN LABORAL

Ruth Garcia Llave

DOI 10.22533/at.ed.76521270117

CAPÍTULO 18..... 163

REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA DOCENTE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1 E 2 EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Wagner Alexandre Pereira da Silva
Reginaldo de Lima Santos
Artur Felipe de Souza Lins

Marco Antonio Chalita

DOI 10.22533/at.ed.76521270118

CAPÍTULO 19..... 172

JUST IN TIME TEACHING: PRÁTICA PEDAGÓGICA A SER IMPLEMENTADA NO
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL

Renato Hallal

Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.76521270119

CAPÍTULO 20..... 180

LOS PROCESOS COGNITIVOS EN LA ENSEÑANZA Y LA INVESTIGACIÓN
INTERDISCIPLINARIA. EL CASO DE ESTUDIANTES DE POSGRADO EN MÉXICO

Gustavo Adolfo León Duarte

Fernanda Esqueda Villegas

DOI 10.22533/at.ed.76521270120

CAPÍTULO 21..... 192

UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA COMO MONITOR DA DISCIPLINA DE
TERMODINÂMICA

Vitória Ricardo da Rocha

Ramon de Lima Vila Nova

DOI 10.22533/at.ed.76521270121

SOBRE O ORGANIZADOR..... 195

ÍNDICE REMISSIVO..... 196

CAPÍTULO 5

CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS TEORIAS E PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM APLICADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Data de aceite: 25/01/2021

Stênio Severino da Silva

Mestre do Programa de Pós-Graduação
em Educação Profissional e Tecnológica
(PROFEPT/IFSC)

Servidor do Instituto Federal Catarinense - IFC

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Mestre e doutoranda em educação do
PPGEDU da Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões (URI)
Assistente Social IFSC São Migue do Oeste

Jacinta Lucia Rizzi Marcom

Mestre e doutoranda em educação do
PPGEDU da Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões (URI)
Pedagoga IFSC São Migue do Oeste

Paulo Roberto Dalla Valle

Mestre em Educação/Unochapecó
Professor SED/SC

Solange Janete Finger

Mestre em Educação pelo programa
PROFEPT/IFSC
Assistente Social IFSC/reitoria

Fernanda Corrêa Garcia

Mestre em Educação pelo programa
PROFEPT/IFSC
Técnica em Assuntos Educacionais IFSC
Tubarão

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar possíveis relações entre as teorias e práticas de ensino e aprendizagem e a modalidade

educacional Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Baseia-se em revisão bibliográfica, sobretudo, dos textos estudados na disciplina de Teorias e Práticas do Ensino e Aprendizagem do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina. A partir de uma abordagem teórica da pedagogia crítica, constatou-se que, no período de tempo que perpassa o século XX e a atualidade, há embates entre uma educação profissional que visa, principalmente, a atender os interesses do mercado, dando um caráter economicista à EPT, submisso ao Capital, e uma educação profissional que objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa, com formação integral, sem excluir, mas pelo contrário, ressaltando, a importância da qualificação para o trabalho. Por fim, além do caráter economicista, também foi verificado na história, uma presença do caráter moralista e assistencialista da EPT.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho e educação. Pedagogia crítica. Educação Profissional e Tecnológica. Teorias de ensino e aprendizagem. Modernidade.

ABSTRACT: This article aims to analyze possible relationships between theories and practices of teaching and learning and the educational modality Professional and Technological Education (EFA). It is based on a bibliographic review, above all, of the texts studied in the discipline of Theories and Practices of Teaching and Learning of the Professional Master in Professional and Technological Education of the Federal Institute of Santa Catarina. From a theoretical approach to critical pedagogy, it was found that, in the period

of time that runs through the 20th century and today, there are clashes between a professional education that aims mainly to meet the interests of the market, giving an economic character to EPT, submissive to Capital, and a professional education that aims at the full development of the person, with integral training, without excluding, but on the contrary, emphasizing, the importance of qualification for the job. Finally, in addition to the economic character, there was also a presence in the history of EPT's moralistic and assistentialist character.

KEYWORDS: Work and education. Critical pedagogy. Professional and Technological Education. Theories of teaching and learning. Modernity.

1 | INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica (EPT) é um cenário marcado por embates e preconceitos. O conteúdo para as disputas e discussões existentes nesse contexto resgata questões existentes desde os primórdios da EPT no Brasil. Aqui, inicialmente, será apresentada uma visão geral que situe os embates e preconceitos surgidos desde a origem da educação profissional. Em seguida, trazer-se-á o olhar para as teorias e práticas de ensino e aprendizagem na tentativa de relacioná-las com a EPT e os documentos legais que a normatizam na atualidade e revelam características de uma (re)construção histórica com o intuito de gerar uma identidade significativa para a EPT, contrariando a perspectiva moralista, assistencialista e economicista que foi dada a ela durante muitos anos.

O desafio consiste em aproximar-se, questionar as suposições, hipóteses, princípios, ideias, opiniões, conceitos, que se tem tido em e sobre Educação e a EPT no recorte temporal que será o século XX e a atualidade. Segundo Veiga-Neto¹ (2017), “o século XX e a atualidade estão contidos, no que concerne à periodização histórica, à modernidade (século XVIII até 1980) e à contemporaneidade (após 1980)”. Os períodos temporais compreendidos como modernidade e contemporaneidade (ou atualidade) possuem características peculiares que refletem no mundo do trabalho e conseqüentemente na forma de visualizar a concretização da EPT. O estudo deste contexto será baseado em um abordagem pedagógica crítica. Desse modo, considerar-se-á o aspecto social, econômico, político e histórico durante a análise.

2 | UMA VISÃO GERAL DO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional é um grande campo de debates e preconceitos. Os debates envolvem a tensão entre os interesses que geram um dualismo que esteve presente já na sua origem, desde o “descobrimento” português e até a atualidade, presente na destinação desse tipo de educação aos mais pobres, havendo assim uma clara separação entre os que possuíam o poder e o saber (tratado no ensino secundário, normal e superior) e os que realizavam tarefas manuais (objeto do ensino profissional destinados principalmente

¹ Referência ao professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Alfredo Veiga-Neto, utilizada no material didático da disciplina de Teorias e Práticas do Ensino e Aprendizagem.

para órfão e filhos de pobres)(CORDÃO; MORAES, 2017). Em relação aos preconceitos, no cenário brasileiro, é preciso considerar a triste herança histórica da escravidão que durou mais de três séculos no país, fazendo com que houvesse um distanciamento entre a realização do trabalho manual (escravo/inferior) e o intelectual (homem branco/superior). Essa visão é bem resumida da seguinte forma:

A herança colonial escravista influenciou preconceituosamente as relações sociais e a visão da sociedade sobre a educação e a formação profissional. O desenvolvimento intelectual, proporcionado pela educação escolar acadêmica, era visto como desnecessário para a maior parcela da população e para a formação de “mão-de-obra”. Não se reconhecia vínculo entre educação escolar e trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria educação formal ou profissional. O saber, transmitido de forma sistemática através da escola, e sua universalização, só foi incorporado aos direitos sociais dos cidadãos bem recentemente, já no século XX, quando se passou a considerar como condições básicas para o exercício da cidadania a educação, a saúde, o bem-estar econômico e a profissionalização. Até meados da década de setenta, deste século, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operários semi-qualificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. (Brasil, Parecer CNE/CEB nº 16, 1999, p. 276).

Não bastasse a presença dessa herança cultural escravista, é percebido outro preconceito com base na frequente vinculação realizada entre o trabalho manual e o esforço físico e, ainda, ao sofrimento, este último sustentado pela tradição cultural da narrativa judaico-cristã acerca da situação humana após a expulsão do homem e da mulher do Jardim do Éden²:

E a Adão disse: Visto que atendeste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses, maldita é a terra por tua causa; **em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida**. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo. No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás. (ALMEIDA, Gênesis 3: 17, 18 e 19).

Nesse contexto, o desenvolvimento intelectual proporcionado pela formação geral, não profissional, era destinado prioritariamente para as elites que detinham o poder. É importantíssimo enfatizar, como afirma Cordão e Moraes (2017, p. 29) que, em tal cenário, “não se reconhecia vínculo necessário entre educação escolar e preparação para o trabalho”. Desse modo, a educação formal³ - via escola -, durante centenas de anos, não foi requisito para atuação profissional nas principais atividades produtivas.

2 Local na narrativa bíblica onde Deus criou o homem e a mulher para trabalhar (“cultivá-lo e tomar conta dele”) e viver sem pecado. Na perspectiva adotada, antes da “queda”, o trabalho não era penoso, mas depois passou a ser.

3 Comparando a educação formal e a não-formal, a diferença é que a educação formal acontece na escola. No entanto, a escola não é o único espaço no qual a educação acontece, estando presente também em outros espaços como associações, sindicatos, na família, nos grupos diversos.

3 I AS TEORIAS/IDEIAS PEDAGÓGICAS: EPT E A FORMAÇÃO HUMANA

Demerval Saviani (2011, p. 6-7) faz uma distinção entre ideias educacionais e ideias pedagógicas:

Por ideias educacionais entendo as ideias referidas à educação, quer sejam elas decorrentes da análise do fenômeno educativo visando a explicá-lo, quer sejam elas derivadas de determinada concepção de homem, mundo ou sociedade sob cuja luz se interpreta o fenômeno educativo. [...] Por ideias pedagógicas entendo as ideias educacionais, não em si mesmas, mas na forma como se encarnam no movimento real da educação, orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa. [...] De qualquer modo, tal definição põe em evidência a estreita ligação entre as ideias pedagógicas e a prática educativa.

A pedagogia, segundo Libâneo (2005, p. 15), “ocupa-se das tarefas de formação humana em contextos determinados por marcos espaciais e temporais. A investigação do seu objeto, a educação, implica considerá-lo como uma realidade em mudança”. Aqui, apesar de opiniões contrárias que propõem uma superação da instituição escola (ILLICH, 1985), entende-se que a escola é fundamental para a nossa sociedade e a sua “superação” comprometeria principalmente a população pobre, que mais precisa dela. Portanto, a educação profissional será tratada no âmbito da formação formal, ou seja, dentro dos tempos e espaços da escola. Para tanto, é preciso pensar a educação profissional de uma escola que está no contexto de um mundo em transformação, no qual se faz necessário olhar para dentro e para fora de forma crítica e a todo momento fazer escolhas conscientes, conforme sugere Libâneo (2005, p. 16):

Aos que se ocupam da educação escolar, das escolas, da aprendizagem dos estudantes, é requerido que façam opções pedagógicas, ou seja, assumam um posicionamento sobre objetivos e modos de promover o desenvolvimento e a aprendizagem de sujeitos inseridos em contextos socioculturais e institucionais concretos. Os educadores, tanto os que se dedicam à pesquisa quanto os envolvidos diretamente na atividade docente, enfrentam uma realidade educativa imersa em perplexidades, crises, incertezas, pressões sociais e econômicas, relativismo moral, dissoluções de crenças e utopias.

Considerando-se o contexto social e histórico-cultural no qual a escola está inserida, evita-se uma abordagem educativa alienada e não crítica, pois a “pedagogia quer compreender como fatores socioculturais e institucionais atuam nos processos de transformação dos sujeitos mas, também, em que condições esses sujeitos aprendem melhor”(LIBÂNEO, 2005, p.17).

Ao se fazer uma análise histórica e sociocultural da educação profissional no Brasil, constata-se que ela foi, durante anos, muito mais voltada para tirar o menor da rua do que para prepará-lo efetivamente para o mundo do trabalho e, menos ainda, na perspectiva de uma formação integral, unindo formação geral e técnica, com a finalidade do pleno

desenvolvimento humano. Tendo em vista o recorte temporal desse estudo, que envolve o século XX e a atualidade, é preciso dizer que o Brasil passou do século XIX ao século XX ainda praticando uma política educacional assistencialista de educação profissional, na qual “até mesmo o grande esforço republicano do presidente Nilo Peçanha⁴, apesar de louvável, ainda pecava por conta desse viés” (CORDÃO; MORAES, 2017, p. 29).

Ressalta-se, portanto, que a educação profissional não deve apenas ser técnica, mas também ter uma preocupação com a formação geral, haja visto o art. 205º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que, claramente, define a finalidade da educação brasileira como sendo o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. As finalidades de o “pleno desenvolvimento da pessoa” e o “seu preparo para o exercício da cidadania” pressupõe o acesso, por meio da escola, à sistematização do conhecimento acumulado historicamente, com fins à uma formação integral. Neste cenário, motivado pela Constituição Federal e os demais documentos (que serão referenciados adiante) que, na sua mesma linha, normatizam a educação profissional brasileira e, ainda, considerando as grandes mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, a EPT não pode mais ser simplesmente assistencialista ou uma resposta a demandas pontuais do mercado de trabalho e do desenvolvimento econômico do país.

Pensando as práticas pedagógicas nesse cenário, segundo Libâneo (2005, p. 19) é preciso considerar “a relevância da formação geral básica como um dos elementos determinantes da condição de inclusão ou exclusão social”, e então resume, de forma sintetizada, os seguintes objetivos do agir pedagógico:

- a. Provimento de mediações culturais para o desenvolvimento da razão crítica, isto é, conhecimento teórico-científico, capacidades cognitivas e modos de ação;
- b. Desenvolvimento da subjetividade dos alunos e ajuda na construção de sua identidade pessoal e no acolhimento à diversidade social e cultural;
- c. Formação para a cidadania e preparação para atuação na realidade.

Acrescenta-se que o item c) precisa basear-se em uma formação crítica da realidade, ou seja, estabelecer um diálogo crítico com contexto social e histórico-cultural. Assim sendo, evita-se uma formação que se resume a uma mera adaptação à realidade presente, uma submissão ao “espírito do seu tempo”. Essa é uma das grandes tensões da educação profissional, que precisa considerar o mercado de trabalho como um importante integrante da realidade, mas não um soberano que determina todas as ações. No Brasil, segundo Cordão e Moraes (2017), “os esforços nacionais realizados para a melhor qualificação dos trabalhadores até a década de 1970 foram mais focados em ações instrumentais de políticas assistencialistas ou de ajustamento linear de demandas pontuais do mercado de trabalho”. Vale ressaltar que até mesmo o surgimento do discurso defensor da oferta de educação geral para os mais pobres, na atualidade, tem intenção fortemente econômica.

4 A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets).

Nesse tipo de fala, frequentemente, a EPT é usada apenas como uma “solução mágica” para melhorar a situação econômica do país. Segundo Cordão e Moraes (2017, p. 30), “houve uma época no país que a baixa escolaridade dos trabalhadores não era sequer considerada determinante para a expansão econômica do Brasil”.

Contudo, nesse contexto, é possível para classe trabalhadora beneficiar-se das contradições do Capital. Assim sendo, independentemente das motivações que ocasionam o interesse na oferta de educação propedêutica aos trabalhadores, é fato que, desde a modernidade, existe um maior consenso da necessidade de formação geral na qualificação para o mundo do trabalho. Referindo-se às teorias pedagógicas modernas, Libâneo (2005, p. 20) afirma: “Penso ser acertado dizer que as teorias modernas da educação são aquelas gestadas em plena modernidade, quando a ideia de uma formação geral para todos toma lugar na reflexão pedagógica.” Para Libâneo (2005, p. 20), as teorias educacionais variam “conforme se situem em relação aos seus temas básicos: a natureza do ato educativo, a relação entre sociedade e educação, os objetivos e conteúdos de formação, as formas institucionalizadas de ensino, a relação educativa.” O autor, ainda, classifica como modernas as seguintes teorias pedagógicas: a tradicional, a pedagogia renovada, o tecnicismo educacional e todas as pedagogias críticas – a pedagogia libertária, a pedagogia libertadora, a pedagogia crítico-social.

4 | UMA (RE)CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A resolução nº 06, de 20 de dezembro de 2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No seu Art. 6º estão descritos XVII incisos que veem ao encontro da escola idealizada por Saviani (2007), na qual a educação propedêutica e a educação profissional técnica são articuladas visando à formação integral do estudante. Nas DCNs da EPT de nível médio (BRASIL, 2012), o trabalho é assumido como princípio educativo “tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular”. Por meio da articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, busca-se a integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assume-se também a pesquisa como princípio pedagógico. Neste contexto, surge também a importância da indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; e a indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem; assim como o trabalho escolar através da promoção da interdisciplinaridade, assegurando um currículo articulado com a prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

Em relação à fragmentação, Libâneo (2015, p. 22) afirma, acerca das consequências da grande acumulação de conhecimentos científicos e técnicos produzidos pela

modernidade, que:

Entre elas, a mais típica foi a constituição de campos disciplinares isolados, fragmentados, ignorando o conjunto de que faz parte e a perda de significação. Com isso, a própria sociedade reproduz essa fragmentação, dissociando a cultura, a economia, a política, o sistema de valores, a personalidade.

No contemporaneidade, ou atualidade, , Os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), autarquia criada em 2008, representando a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) através dos 644 campi em funcionamento, sendo distribuídos em 568 municípios espalhados em todos os estados brasileiros (BRASIL, 2016), são norteados pela referida resolução e buscam construir seus currículos integradores no ensino médio, contemplando os artigos de forma a incluir os jovens na vida profissional conforme as demandas regionais, com ensino público, gratuito e de qualidade. A proposta dos IFs é muito significativa, sendo fruto de uma luta histórica, no entanto, os desafios continuam a surgir em um mundo em constantes transformações, que refletem no “mundo do trabalho”, na forma de enxergar a educação, sobretudo a EPT, e demanda por reflexões críticas para que educadores, alunos e sociedade saibam responder aos desafios existentes.

5 I CONTEMPORANEIDADE E O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

As tecnologias de comunicação e da informação diminuíram a solidez do trabalho moderno. O sociólogo polonês Sygmund Bauman (2001) referia-se à “modernidade líquida” como uma metáfora para ilustrar esse estado de mudanças que está sendo vivenciado em um mundo do trabalho cada vez mais vulnerável e fluido, quase incapaz de manter a mesma identidade por muito tempo. Tudo é transitório e temporário. Hoje é possível realizar trabalhos em rede ou em casa, e há muito mais trabalho informal, além de existirem cada vez mais oportunidades no mundo virtual. Convivemos, também com o fenômeno da terceirização e da chamada “uberização” da economia e do mundo do trabalho. Cada vez mais o modo “uber” de organizar e remunerar a força de trabalho está se distanciando da regularidade do emprego assalariado, com carteira assinada e garantia de direitos sociais e trabalhistas. Segundo Cordão e Moraes (2017, p.31) “está se tornando cada vez mais difícil vislumbrar se isso tudo é um sonho de vida melhor em sociedade ou mais um pesadelo no mundo do trabalho dominado pelo capitalismo selvagem”.

Nesse contexto da contemporaneidade, também fala-se muito da “sociedade do conhecimento”, na qual o ensino e aprendizado está acessível a todos/as e tudo muda muito rapidamente, exigindo que cada um/a seja responsável por sua qualificação constante para o trabalho. Então, emerge um o modelo de ensino que não garante ao trabalhador a “estabilidade”.

O capital já não necessita de todos diretamente e, portanto, não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Há apenas lugar para os mais “competentes” ou os que desenvolvem, ao longo de sua vida, aquelas qualidades técnicas e psicossociais que interessam ao mercado. Cada indivíduo tem que isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se com a flexibilidade que o mercado necessita e pelo tempo que necessita. FRIGOTTO, 2011, p. 26)

Veiga-Neto⁵ (2017) contrapõe modernidade e contemporaneidade por algumas características. Segundo o autor, na modernidade, há a busca da solidez, da estabilidade, da permanência, os esforços no sentido de termos fronteiras claras dá lugar. Por outro lado, na contemporaneidade, há a liquidez, instabilidade e a flexibilidade (palavra que está entre as mais citadas como qualidade e característica positiva do trabalhador/profissional da atualidade), a incerteza e ao desencanto, as fronteiras obscuras. Em relação à ideia de flexibilidade, ela pode trazer tristes consequências para comportamento da juventude e jovens trabalhadores ao longo de suas vidas profissionais e pessoais, como aponta Richard Sennett em seu livro “A corrosão do caráter” (2009).

Frigotto (2011) descreve que o ensino precisa atender ao homem para a sua formação cultural integral e humanística, assim como, para a formação para o mundo do trabalho. Percebe-se que tais mudanças recentes na esfera da educação global têm privilegiado as questões de trabalho desvinculado da formação integral.

No contexto de “crise” no sistema educacional, o conceito de competência é incorporado às políticas educacionais com base em um discurso salvador no qual:

(...) pretendem ser uma espécie de narrativa de emergência para salvar a insuficiente e inadequada resposta dos sistemas escolares às necessidades do desenvolvimento econômico, para controlar a eficiência dos cada vez mais custosos sistemas, objetos de um fracasso escolar persistente. (SACRISTÁN, 2011, p.14)

A “pedagogia das competências” surge, nesse cenário, da necessidade de satisfazer as necessidades do setor produtivo, estabelecendo um novo sistema de competências e de certificação, potencializando o fortalecimento de um sistema flexível de capacitação e a participação do setor privado na promoção e desenho dos novos cursos (RAMOS, 2016). Na atualidade, isso significa um grande desafio à educação e, sobretudo à educação profissional.

Na lei de criação dos Institutos (BRASIL, 2008), há no art. 7º, que trata “Dos Objetivos dos Institutos Federais”, o inciso a seguir:

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à **geração de trabalho e renda** e à emancipação do cidadão na perspectiva do **desenvolvimento socioeconômico local e regional**;

Portanto, um dos objetivos legais dos IFs é o desenvolvimento socioeconômico.

5 Referência ao professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Alfredo Veiga-Neto, utilizada no material didático da disciplina de Teorias e Práticas do Ensino e Aprendizagem.

Aliado a isso, há uma demanda da sociedade em geral e do mundo do trabalho por profissionais cada vez mais capazes de gerar soluções e estratégias para enfrentar novos problemas ou antecipar-se a eles. Como responder a essa demanda sem se submeter ao capital e às demandas do mercado? Uma possível saída é ir além dessas exigências.

o mundo do trabalho demanda por indivíduos autônomos que possam atuar em um ambiente de geração do conhecimento e, também, de transferência a outros contextos em constante transformação. Entretanto, é necessário que esses profissionais ultrapassem esses limites e, ao alcançarem uma verdadeira autonomia, possam atuar na perspectiva da transformação social orientada ao atendimento dos interesses e necessidades das classes trabalhadoras. (MOURA, p. 28, 2008)

Considerando esse cenário, é imprescindível que se tenha clareza sobre o papel EPT, considerando seu potencial e limites. Portanto, é necessário adotar um posicionamento crítico em relação aos discursos sobre a educação para o desenvolvimento, os quais se fundamentam na teoria do capital humano, na qual aprender tem a ver com acumulação - de capital (SIMONS; MASSCHELEIN, 2017). Segundo Moura (2008, p.28)

Tais discursos expressam a idéia – quase um lugar-comum – que a educação está linearmente vinculada ao desenvolvimento econômico, ou seja, se há alto nível educacional, há mais desenvolvimento econômico. Dito de outra forma, a educação é responsável pelo desenvolvimento econômico. Se esta relação fosse verdadeira, a educação seria responsável pelo desemprego estrutural do primeiro mundo e pela miséria do terceiro.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas no final do século XX a educação passou a ser considerada como um direito social de todos os cidadãos brasileiros. Educação, saúde e profissionalização passaram a integrar a lista de condições fundamentais para a cidadania.

No art. 205, a Constituição Federal situa a educação profissional no encontro de dois dos direitos fundamentais da pessoa, o direito à educação e o direito ao trabalho. Sua redação não deixa dúvidas:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988, art. 205)

Essa qualificação para o trabalho está referenciada no inciso IV de seu art. 114 da mesma constituição Federal como “formação para o trabalho”, e no art. 227 como “direito à profissionalização”, que deverá ser garantido com “absoluta prioridade”.

Um caráter assistencialista marcou fortemente o começo da educação profissional no Brasil. Isso piorou quando a educação profissional foi associada à necessidade de

ajustamento direto às demandas dos postos de trabalho, como se houvesse correspondência automática entre estudos realizados e oportunidades reais de emprego. Como essa congruência é rara, o assistencialismo perdeu parte de sua já baixa eficácia para resolver os problemas dos mais necessitados de oportunidades de trabalho e renda (Brasil, Parecer CNE/CEB nº 16, 1999).

Em sua versão original a LDB (BRASIL, 1996), de 1961, já dispunha que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art. 39). Segundo Cordão e Moraes (2017, p. 74), essa concepção da LDB “representa a superação dos enfoques assistencialista e economicista da educação profissional, bem como do preconceito social que a desvalorizava”. (p. 74)

Raramente a educação para o trabalho esteve em pauta da sociedade brasileira como proposta universal. A educação profissional sempre foi influenciada pela herança escravista e preconceitos dela decorrentes. Em todos os seus níveis e modalidades, a educação profissional frequentemente teve caráter moralista (“para combater a vadiagem”), assistencialista (para propiciar alternativas de sobrevivência “aos menos favorecidos pela sorte”) ou economicista (para atender necessidades da produção e do mercado).

Finalmente, diante do novo cenário que se apresenta no mundo do trabalho, é preciso uma abordagem pedagógica crítica que desconstrua (re)construa o discurso de flexibilização trazido pela modernidade e, principalmente, pela atualidade ou “pós-modernidade”. Atualmente, talvez, o maior desafio da EPT seja superar o caráter economicista, que tem o seu discurso amparado em documentos legais que veem na EPT um instrumento de desenvolvimento do país. O desenvolvimento é bom e necessário, entretanto, precisa ser realizado de forma a contemplar a classe trabalhadora, sua principal agente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira de. **Bíblia Sagrada**. Disponível em: <<http://biblia.com.br/joaoferreiraalmeidarevistaatualizada/>> Acesso em: 03 ju. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p. Disponível em:< [file:///C:/Users/User/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20(3).pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. 2016. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/>> . Acesso em: 18 Abr. 2018.

_____. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 23 de mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 30 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16, 1999: Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Disponível e: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf. Acesso em: 07 jun, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana G. de (Orgs.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOURA, Dante Henrique. **A Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica n.1, v. 1, p. 28. 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências : autonomia ou adaptação?.** - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.andreaserpauff.com.br/arquivos/disciplinas/didatica/2017/A%20pedagogia%20das%20competencias-autonomia%20ou%20adapta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Educar por competências: o que há de novo?** Porto Alegre: Artmed, p. 14. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>.> Acesso em: 01 jun, 2019.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3ed. Campinas: Autores Associados, p. 6-7, 2011.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2009.

SIMONS, Maarten; MASSCHELEIN, Jan. **Experiências escolares: uma tentativa de encontrar uma voz pedagógica.** Revista Childhood & Philosophy. Rio de Janeiro: UERJ, v.13, n. 18, set.-dez. p. 649-669, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/download/28320/21489>. Acesso em: 4 jun. 2019.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas.** São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade.** Campinas: Alínea, 2005. p.15-16. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T1SF/Akiko/03.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aplicability 84

B

BNCC 2, 5, 10, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 136, 164, 165, 168

C

Cálculo diferencial e integral 172, 173, 176, 178, 179

Classe trabalhadora 9, 16, 43, 47, 72, 73, 74, 76, 79, 80, 81

Competition 84

Consumption 26

Cotidiano escolar 49, 53, 114, 132

D

Desigualdade social 49, 73

Dificuldades de aprendizagem 137, 138, 141, 142, 144

Direitos infanto-juvenis 124

Distribution 26, 87, 93

Docente 59, 106, 132, 161, 162, 163

Doença 12, 16

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 57, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 155, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 179, 181, 195

Educação do campo 138, 139, 140, 142, 143, 144

Educação em saúde 12, 14, 19

Educação física 76, 77, 80, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Educação profissional e tecnológica 38, 39, 42, 43, 44, 48

Educação sanitária 12, 14, 19

Educación 20, 37, 59, 62, 70, 71, 162, 179, 180, 184, 190, 191

Emociones escolares 59, 67

Empreendedorismo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10

Ensino médio 1, 3, 4, 5, 9, 11, 44, 50, 57, 102, 103, 105, 106, 138, 139, 141, 142

Ensino público 1, 4, 10, 11, 44
Escola Parque Anísio Teixeira 72, 73, 76, 80, 81, 82
Escrita 17, 53, 74, 117, 118, 119, 120, 122, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 154
Estágio supervisionado 163, 165
Exercício 15, 40, 42, 46, 54, 80, 100, 102, 113, 117, 118, 119, 120, 122, 136, 176
Experiência acadêmica 192
Experiências 2, 22, 23, 48, 79, 80, 107, 108, 109, 113, 134, 163, 165, 166, 168
Experiencias escolares 59, 60, 61, 62, 64, 70, 71

F

Filosofia 49, 58, 74, 83, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 195
Física 16, 28, 53, 65, 76, 77, 80, 124, 127, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 174
Food 26
Formação inicial 21, 22, 23, 144

G

Gestão democrática 107, 108, 112, 114, 115
Grêmio estudantil 107, 111, 113, 115

I

Imagens 117, 119
Inovação 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83
Interdisciplina 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191
Investigación 59, 60, 61, 70, 97, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191

J

Just in time teaching 172, 173, 174, 175, 178, 179

L

Leitura 54, 110, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 165, 175, 176
Literatura 6, 7, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 71, 77, 129, 134, 173, 182, 183
Lúdico 124, 129, 130

M

Metodologia ativa 172, 173, 174, 178
México 71, 180, 181, 183, 184

Michel Foucault 12, 15
Modernidade 38, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 75
Monitoria 192, 193, 194
Motivation 84, 85, 86, 96

N

Neoliberalismo 1, 2, 5, 6, 11

P

Pedagogia crítica 38
Posgrado 180, 183, 184, 185, 190, 191
Práticas sociais 145, 147
Problematização 1, 2, 3, 4, 7, 9, 53, 134, 175
Processing 26
Processos educativos 45, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154
Production 26, 72, 96
Projeto 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 21, 23, 72, 73, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 115, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136
Projeto pedagógico 76, 107, 108, 110

R

Rede de proteção 124, 127, 131
Relaciones escolares 59, 60, 62, 63, 64, 69
Residência pedagógica 21, 22, 23, 133, 134, 136, 137
Rock 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

S

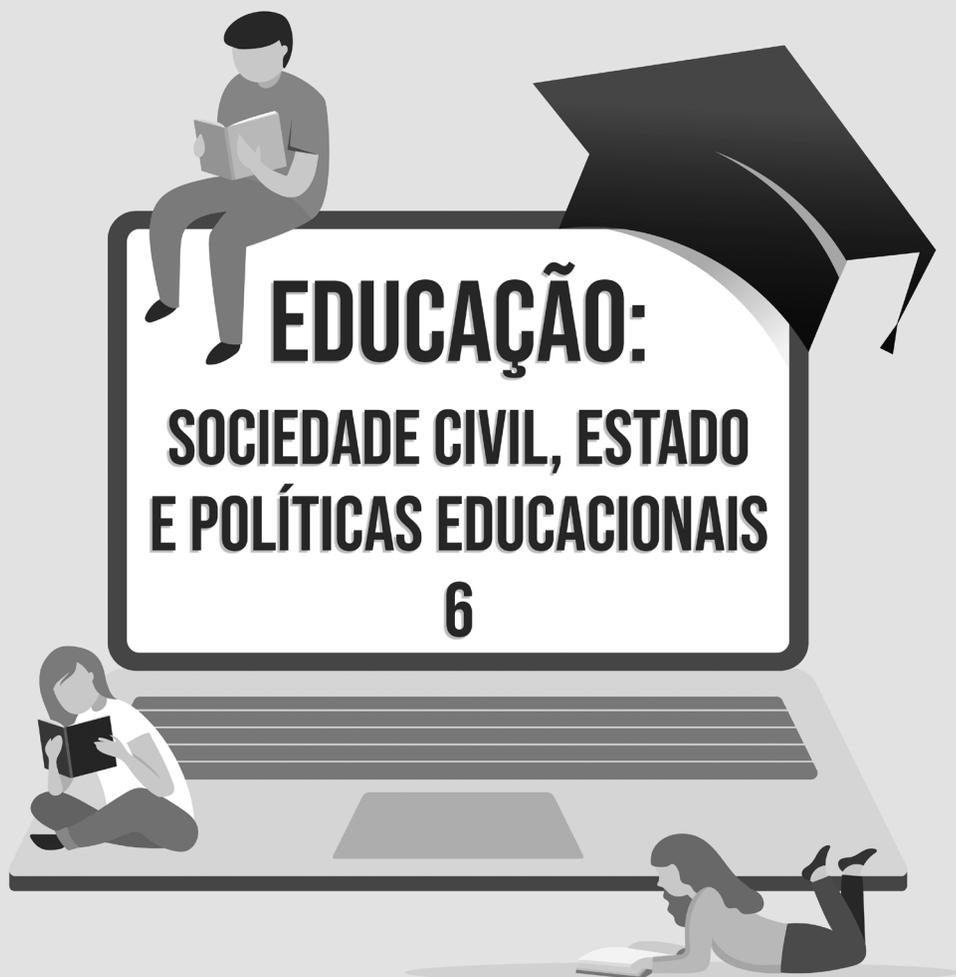
Saúde 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 40, 46, 124, 125, 126, 131, 132, 140
Simposium 84

T

Teorias de ensino e aprendizagem 38
Termodinâmica 192, 193, 194
Trabalho e educação 38, 48

V

Vivencias juveniles 59, 60, 69



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021